
***Máquina de Vendas
Brasil Participações S.A.
e suas controladas***

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Máquina de Vendas Brasil Participações S.A.
e suas controladas

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado" ou "Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. e da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Controladora e o Consolidado apresentam saldos acumulados do PIS e da COFINS, nos valores de R\$ 6 mil, na Controladora, e de R\$ 529.666 mil, no Consolidado (2017 - R\$ 6 mil na Controladora e de R\$ 564.421 mil no Consolidado). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas sendo que o relatório do auditor, datado de 21 de dezembro de 2018, continha ressalva quanto ao fato da Companhia ter contabilizado indevidamente, créditos tributários do PIS e da COFINS apurados sobre valores recolhidos a maior em exercícios anteriores, no valor total de R\$ 163.142 mil, tendo como referência o trânsito em julgado do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS em favor de algumas sociedades do Grupo, ocorrido em período subsequente à data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, bem como a decisão pelo Supremo Tribunal Federal dessa mesma matéria em favor de um contribuinte, ocorrido em 15 de março de 2017.

Consequentemente, o saldo do ativo não circulante consolidado em 31 de dezembro de 2017 (cifras comparativas) e o prejuízo consolidado do exercício findo nessa data, estavam apresentados a maior e a menor, respectivamente, em R\$ 163.142 mil, bem como o investimento apresentado nas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2017 e a perda com equivalência patrimonial para o exercício findo nessa data, estavam apresentados a maior e a menor, respectivamente, nesse mesmo montante.



Máquina de Vendas Brasil Participações S.A.
e suas controladas

Conforme mencionado na Nota 10 às demonstrações financeiras, algumas sociedades controladas obtiveram trânsito em julgado em determinadas ações ajuizadas, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2018, correspondeu a R\$ 66.050 mil. Todavia, a parcela remanescente do saldo, no valor de R\$ 97.092 mil, ainda não reunia os elementos necessários para o reconhecimento do referido crédito tributário em 31 de dezembro de 2018. Conseqüentemente, o ativo não circulante consolidado em 31 de dezembro de 2018, está apresentado a maior, em R\$ 97.092 mil (R\$ 163.142 mil em 31 de dezembro de 2017), bem como o prejuízo consolidado do exercício findo nessa data, está apresentado a maior em R\$ 66.050 mil (a menor em R\$ 163.142 mil em 31 de dezembro de 2017).

Em decorrência dos ajustes não contabilizados dos assuntos descritos acima, o investimento nas demonstrações financeiras da Controladora em 31 de dezembro de 2018, está apresentado a maior em R\$ 97.092 mil (a maior em R\$ 163.142 mil em 31 de dezembro de 2017) e a perda com equivalência patrimonial para o exercício findo nessa data, está apresentada a maior em R\$ 66.050 mil (a menor em R\$ 163.142 mil em 31 de dezembro de 2017).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 33.1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 730.222 mil (R\$ 1.141.268 mil em 31 de dezembro de 2017). Essa situação, entre outras descritas nas Notas 1 e 33.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Máquina de Vendas Brasil Participações S.A.
e suas controladas

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

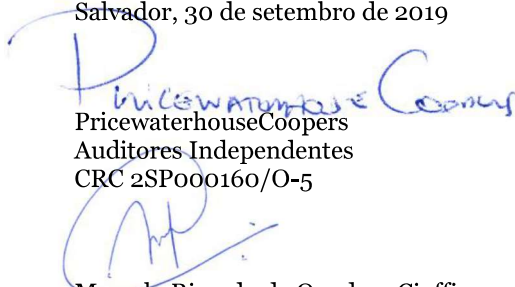
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Máquina de Vendas Brasil Participações S.A.
e suas controladas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de setembro de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Ricardo de Quadros Cioffi
Contador CRC 1SP213113/O-0

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2018		2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	27	12.217	27	39.485
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	86	14.224	47.379	332.156
Contas a receber (Nota 8)		50.687		167.041
Estoques (Nota 9)		184.097		528.220
Tributos a recuperar (Nota 10)	571	227.291	602	276.534
Outros ativos (Nota 11)	82	45.134		23.465
	<u>766</u>	<u>533.650</u>	<u>48.008</u>	<u>1.366.901</u>
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)		26.716		14.360
Contas a receber (Nota 8)				2.210
Tributos a recuperar (Nota 10)	6	529.666		608.444
Tributos diferidos (Nota 30)		119.981		170.372
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 12)	118	235.974	67	192.986
Partes relacionadas (Nota 13)	10.834	58.440	10.775	147.699
Outros ativos não circulantes (Nota 11)		41.274		
Investimentos (Nota 15(b))	1.161.419		1.792.198	
Imobilizado (Nota 16)		158.600		227.254
Intangível (Nota 17)		1.598.842		1.664.027
	<u>1.172.377</u>	<u>2.769.493</u>	<u>1.803.040</u>	<u>3.027.352</u>
Total do ativo	<u>1.173.143</u>	<u>3.303.143</u>	<u>1.851.048</u>	<u>4.394.253</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores (Nota 18)		229.239		1.268.079
Empréstimos e debêntures (Nota 19)		129.030		218.650
Duplicatas descontadas (Nota 8(b))				2.498
Obrigações trabalhistas (Nota 20)		210.607		133.596
Obrigações tributárias (Nota 21(a))	92	326.446	188	231.776
Parcelamento de tributos (Nota 21(b))		121.403		102.458
Receitas a realizar (Nota 22)		65.675		65.675
Partes relacionadas (Nota 13)		11.698		348.673
Outros passivos (Nota 23)	933	169.774		136.764
	<u>1.025</u>	<u>1.263.872</u>	<u>188</u>	<u>2.508.169</u>
Não circulante				
Empréstimos e debêntures (Nota 19)		144.049		124.255
Duplicatas descontadas (Nota 8(b))				2.079
Parcelamento de tributos (Nota 21(b))		222.259		168.319
Tributos diferidos (Nota 30)	2.548	177.508		4.461
Provisões para contingências (Nota 24)	15	106.777	171	41.547
Receitas a realizar (Nota 22)		372.280		435.473
Partes relacionadas (Nota 13)	888.512		892.673	222.833
Passivos R. Extra (Nota 25)	8.820	839.460		
Provisão para perdas em investimentos (Nota 15 b)	111.158		86.156	
Outros passivos (Nota 23)	167	16.040		15.257
	<u>1.011.220</u>	<u>1.878.373</u>	<u>979.000</u>	<u>1.014.224</u>
Patrimônio líquido (Nota 26)				
Capital social	1.672.495	1.672.495	1.672.495	1.672.495
Reserva de capital	129.530	129.530	129.530	129.530
Reserva de lucros	20.606	20.606	20.606	20.606
Reserva de incentivo fiscal	59.057	59.057	41.164	41.164
Ajustes de avaliação patrimonial	834.211	834.211	834.211	834.211
Prejuízos acumulados	(2.555.001)	(2.555.001)	(1.826.146)	(1.826.146)
	<u>160.898</u>	<u>160.898</u>	<u>871.860</u>	<u>871.860</u>
Passivo e patrimônio líquido	<u>1.173.143</u>	<u>3.303.143</u>	<u>1.851.048</u>	<u>4.394.253</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes (Nota 27)		1.794.820		4.269.029
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(1.218.468)		(3.041.433)
Lucro bruto		576.352		1.227.596
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais (Nota 28)		(1.046.110)		(1.298.119)
Despesas gerais e administrativas (Nota 28)	(1.662)	(238.625)	(2.078)	(249.824)
Equivalência patrimonial (Nota 15)	(624.327)		(672.262)	
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas (Nota 28)	(47.260)	(17.262)	(30.629)	109.848
(Prejuízo) operacional	(673.249)	(725.645)	(704.969)	(210.499)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras (Nota 29)	14.639	539.463	5.944	83.218
Despesas financeiras (Nota 29)	(51.980)	(281.451)	(4.156)	(575.067)
	(37.341)	258.012	1.788	(491.849)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(710.590)	(467.633)	(703.181)	(702.348)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 30)	(2.548)	(245.505)		(833)
Prejuízo do exercício	(713.138)	(713.138)	(703.181)	(703.181)
Prejuízo por lote de mil ações		(1,67)		(1,63)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A (Em Recuperação Extrajudicial)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	<u>(713.138)</u>	<u>(703.181)</u>	<u>(713.138)</u>	<u>(703.181)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(713.138)</u></u>	<u><u>(703.181)</u></u>	<u><u>(713.138)</u></u>	<u><u>(703.181)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Atribuível aos controladores						Total
	Capital social	De capital	De lucros	Reservas De incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Em 1º de janeiro de 2017	184.179	129.530	20.606	33.095	834.211	(1.114.896)	86.725
Aumento de Capital	1.488.316						1.488.316
Reserva de Incentivos Fiscais – Investida				8.069		(8.069)	
Prejuízo líquido do exercício						(703.181)	(703.181)
Em 31 de dezembro de 2017	1.672.495	129.530	20.606	41.164	834.211	(1.826.146)	871.860
Reserva de Incentivos Fiscais – Investida				17.893		(17.893)	
Reversão de dividendos						2.176	2.176
Prejuízo líquido do exercício						(713.138)	(713.138)
Em 31 de dezembro de 2018	1.672.495	129.530	20.606	59.057	834.211	(2.555.001)	160.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(710.590)	(467.633)	(703.181)	(702.348)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Juros passivos sobre empréstimos (Nota 19)		26.625		196.507
Juros sobre débitos previdenciários e ICMS em atraso		42.178		
Provisão(reversão) impairment contas a receber (Nota 8)		(14.345)		(32.120)
Provisões (reversão) para perdas e obsolescência nos estoques (Nota 9)		(2.155)		(5.996)
Efeito de ajuste a valor presente		27.883		15.276
Efeito de ajuste a valor presente Rextra	(7.495)	(508.961)		
Apropriação de receita diferida (Nota 22)		(63.193)		(69.032)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível (Nota 16 e 17)		44.817		20.921
Provisão (reversão) para perda de imobilizado				(5.503)
Equivalência patrimonial (Nota 15)	624.327		672.262	
Perda de capital na incorporação (Nota 15)	1.224			
Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 24)	(156)	65.230	171	(30.731)
Depreciação e amortização (Notas 16 e 17)	30.229	97.971	30.229	101.176
	(62.461)	(751.583)	(519)	(511.850)
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		135.278		229.922
Estoques		348.244		144.518
Tributos a recuperar	25	128.021	322	(229.740)
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(51)	(42.988)	(3)	(49.383)
Outros ativos	(81)	(62.943)		182.381
	(107)	505.612	319	277.698
(Redução) Aumento nos passivos operacionais				
Fornecedores		(1.071.057)		(11.707)
Obrigações trabalhistas		51.666		(29.608)
Obrigações tributárias e parcelamento de tributos	(96)	128.654	(9)	276.578
Passivos R. Extra	16.315	1.348.421		
Outros passivos	1.100	33.793		25.941
Caixa (aplicado nas) gerado operações	(45.249)	245.506	(209)	27.052
Juros pagos sobre empréstimos (Nota 19)		(16.719)		(170.923)
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 30(d))				(833)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado atividades operacionais	(45.249)	228.787	(209)	(144.704)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2018		2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	47.293	305.576	(5.891)	(23.671)
Aquisição de imobilizado (Nota 16)		(6.634)		(14.802)
Aquisição de intangível (Nota 17)		(2.315)		(5.282)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	47.293	296.627	(5.891)	(43.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização do saldo de duplicatas descontadas (Nota 8(b))		(4.577)		(88.206)
Reversão de dividendos	2.176	2.176		
Partes relacionadas	(4.220)	(470.549)	6.081	(14.570)
Captação de empréstimos (Nota 19)		122.314		455.460
Amortização de empréstimos (Nota 19)		(202.046)		(163.610)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.044)	(552.682)	6.081	189.074
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	0	(27.268)	(19)	615
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)				
No início do exercício	27	39.485	46	38.870
No fim do exercício	27	12.217	27	39.485

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. ("MVB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 8 de agosto de 2013, sediada em São Paulo/SP, controlada pela MV Participações S.A. ("MVP"), que por sua vez é controlada conjuntamente pela UNIN Participações S.A. ("UNIN") e por Ricardo Rodrigues Nunes (os "Controladores"). Em 31 de dezembro de 2018, a MVB controla as seguintes empresas:

- Lojas Insinuante S.A. ("Insinuante");
- RN Comércio Varejista S.A. ("RNV"), controladora da Carlos Saraiva Importação e Comércio Ltda.;
- Dismobrás Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos S.A. ("Dismobrás"), WG Eletro S.A. ("WG Eletro"), Nordeste Participações S.A. ("Nordeste") e MVN Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("MVN Investimentos");
- ES Promotora de Vendas Ltda. ("ES Promotora" ou "ESP"); e
- Máquina de Vendas Holding Sul S.A. ("MVS"), controladora da Lojas Salfer S.A. ("Salfer").

As controladas atuam em operações relacionadas ao varejo de móveis e eletrodomésticos através de 599 lojas (não auditado) em mais de 20 estados brasileiros (não auditado) e 5 centros (não auditado) de distribuição e depósitos. Atua também no comércio eletrônico na comercialização varejista de bens e produtos em geral pela Internet.

A Companhia em conjunto com suas controladas é aqui definida como o "Grupo".

O Grupo apresentou em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante R\$730.222 (2017 – R\$ 1.141.268) e vem apresentando prejuízos recorrentes.

Para reverter esta situação, o Grupo iniciou um "Plano de Transformação" em janeiro de 2016, com as seguintes finalidades: (a) integração das atividades operacionais (b) reestruturação da dívida financeira (c) reestruturação da dívida operacional.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes principais ações implementadas:

(a) Integração das atividades operacionais

- Unificação de todas as atividades do Grupo (comercial, transporte, logística, administrativo, operacional), gerando maior sinergia;
- Com a integração, iniciou-se o processo de implementação de um único modelo de gestão;
- Integração das áreas comerciais das lojas físicas e do varejo on line;
- Integração dos todos os sistemas do Grupo, proporcionando melhor qualidade e uniformidade das informações;
- Fechamento de 162 lojas (não auditado) deficitárias em 2017 e 53 lojas (não auditado) 1 (não auditado) centro de distribuição em 2018, sendo parte destes fechamentos ligados às lojas que tinham proximidade.
- Este movimentos geraram uma economia importante para o Grupo, que será a base de sustentação para os próximos anos.

(b) Reestruturação da Dívida Financeira

Conforme mencionado na Nota 19.a, a Dívida Bancária foi reestruturada, com a criação de uma nova holding Máquina de Vendas Participações e a emissão de uma Debênture em dezembro de 2017. Com este movimento de renegociação das dívidas, o Grupo emitiu bônus de subscrição à favor dos bancos que participaram da estrutura (Itaú, Bradesco e Santander).

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

Com essa reestruturação da dívida a Companhia passou de R\$ 1.513.787 (2016) para uma dívida bruta total de R\$ 273.079 (R\$ 342.905 - 2017), estas reduções frequentes da dívida bruta nos traz mais equilíbrio nas despesas financeiras, e melhora efetiva em nossos indicadores.

(c) Reestruturação da Dívida Operacional

(c.1) Do Plano de Recuperação Extrajudicial

A administração da Companhia ("Grupo Máquina de Vendas") submeteu, em 25 de agosto de 2018, o Plano de Recuperação Extrajudicial à homologação judicial pelo Meritíssimo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP (processo nº 1088556-25.2018.8.26.0100), com o objetivo de reestruturar os débitos relacionados aos seus passivos operacionais associados a credores quirografários, credores marketing, e credores transportadores; partes relacionadas e determinados empréstimos, de maneira a permitir à Companhia a reorganização de suas atividades e a retomada da rentabilidade de seus negócios.

Dentre outros aspectos relevantes, o Plano de Recuperação Extrajudicial submetido à apreciação do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais definia especificamente os seguintes temas:

(a) Item 1.2.9., os "créditos abrangidos" correspondem "à somatória dos Créditos Marketing, Créditos Quirografários e Créditos Transportadores, conforme definições constantes neste Plano e existentes na data-base, detidos contra qualquer sociedade do Grupo Máquina de Vendas, conforme expostos no Anexo 1.2.9. do referido Plano;

(b) Item 1.2.23. a data-base do Plano será o "Dia Útil anterior à Data do Pedido", isto é, 24 de agosto de 2018; e

(c) Item 3.4, "... as condições financeiras contidas na Opção de Pagamento realizada (i) por cada "Credor Abrangido" para o tratamento de seus "Créditos Abrangidos" serão válidas a partir da Homologação Judicial, retroagindo à Data-Base; (ii) por cada credor "Não Sujeito Aderente" para o tratamento de seus "Créditos Não Sujeitos Aderentes", serão válidas uma vez verificada a Condição Suspensiva, retroagindo à Data-Base".

Uma vez apresentado o Plano, foi nomeada pelo Juízo, uma Administradora Judicial com o objetivo específico de promover a análise técnica das impugnações e objeções ofertadas pelos credores da empresa, bem como a análise da documentação apresentada e, finalmente, a emissão de relatório específico no qual constem de forma individualizada as análises das impugnações e objeções e parecer conclusivo sobre o quórum previsto no artigo 163 da Lei 11.101/2005 vis à vis as impugnações e objeções realizadas e das manifestações de aquiescência também apresentadas.

Após as análises realizadas pela Administradora Judicial já considerando as impugnações dos credores e a avaliação do referido Administrador Judicial nomeado pelo Meritíssimo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Falências do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, foi determinado um passivo total de R\$ 2.017.893, referente a todas as classes de credores, sendo que R\$ 1.911.225 está dividido entre os credores quirografários; R\$ 81.830 entre os credores de Marketing e R\$ 24.838 entre os credores de transporte.

Outrossim, o Administrador Judicial, em seu Parecer conclusivo apresentado em 17 de dezembro de 2018, atestou o atingimento do quórum de aprovação dos credores para a homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial bem como a adequação da documentação apresentada, confirmando que as condições materiais necessárias para a aprovação do Plano suscitadas pelo Juízo foram satisfeitas. Finalmente, em 10 de janeiro de 2019 o Juízo da Recuperação Extrajudicial proferiu a sentença declaratória de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, validando, entre outros, os efeitos do Plano retroativos à data-base, quais sejam, as condições financeiras de cada opção de pagamento.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

As opções de pagamento colocadas à escolha dos credores cumprem determinadas condições específicas, conforme previsto no item 4.1. do Plano de Recuperação Extrajudicial, são:

(i) Opção A: com a subordinação do pagamento à condição de geração de caixa pela Companhia (cash sweep), com amortização anual todo dia 30 de junho, aplicação de juros de 2,75% ao ano, pagos na mesma data do pagamento da parcela de amortização do principal, e de correção monetária pela Taxa Referencial – TR ao ano, sujeita à concessão de crédito novo pelo credor a qualquer sociedade integrante do Grupo Máquina de Vendas;

(ii) Opção B: com desconto de 40% sobre o saldo do Crédito Abrangido na data-base, com amortização em até 72 parcelas iguais, mensais e sucessivas, todo dia 30 de cada mês, com início após o fim do período de carência de 24 meses a contar da Homologação Judicial, aplicação de juros de 1% ao ano, pagos todo dia 30 do mês de junho de cada ano, com início após o período de carência, e de correção monetária pela Taxa Referencial – TR ao ano, sujeita à concessão de crédito novo pelo credor a qualquer sociedade integrante do Grupo Máquina de Vendas;

(iii) Opção C: com amortização em 101 parcelas, mensais e consecutivas, com primeiro pagamento em 25 de setembro de 2018, aplicação de juros de 0% ao ano e de correção monetária pelo IPCA, sujeita ao compromisso de conceder ao Grupo Máquina de Vendas crédito novo no valor de R\$ 120.000;

(iv) Opção D: com desconto de 60% sobre o saldo do Crédito Abrangido na Data-Base, com amortização anual todo dia 30 de junho somente quando os Credores que optaram pelas Opções de Pagamento A e B estiverem integralmente quitados, aplicação de juros de 1% ao ano, pagos na mesma data que o pagamento da parcela da amortização do principal e de correção monetária pela Taxa Referencial – TR ao ano;

(v) Opção E: específica para Credores Marketing, com amortização em até 36 parcelas mensais e sucessivas, todo último dia útil de cada mês, com início após a Homologação Judicial, aplicação de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia;

(vi) Opção F: específica para Credores Transportadores, com amortização em até 12 parcelas mensais e sucessivas, todo dia 30 de cada mês após a Homologação Judicial, aplicação de juros de 1% ao ano, pagos todo dia 30 do mês de junho de cada ano após a Homologação Judicial, e de correção monetária pela Taxa Referencial – TR ao ano.

Por se tratar de uma Recuperação Extrajudicial, a administração da Companhia e seus assessores legais, suportados pela interpretação do capítulo da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, concluíram que a sentença que homologou o plano de Recuperação Extrajudicial, em análise técnico-jurídica, tem natureza declaratória e, como tal, produz efeitos retroativos, ou seja, também alcançam fatos anteriores à sua prolação. Também no entendimento da Companhia e dos seus assessores legais, o parecer emitido em 14 de dezembro de 2018 pelo perito nomeado pelo Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo responsável pela lide, reforça o entendimento de que estão presentes as condições fáticas e demais evidências necessárias para a aprovação do referido Plano e que os efeitos da sentença que homologa o plano de Recuperação Extrajudicial devem retroagir à data do seu ajuizamento, ainda no ano-calendário de 2018.

Desta maneira, os efeitos contábeis advindos do Plano de Recuperação Extrajudicial foram refletidos nessas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com os devidos ajustes dos valores dos créditos abrangidos e dos juros e correção monetária das respectivas opções de pagamento aplicáveis, incluindo o deságio no valor de R\$ 262.027.

Adicionalmente, conforme orientado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente (AVP), considerando as características de passivo monetário de longo prazo, a Companhia registrou o ajuste a valor presente para cada uma das opções do referido plano de Recuperação Extrajudicial totalizando R\$ 508.961.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

Os valores nominais das opções de pagamento aplicáveis são as seguintes:

Opções	Valor
Opção A	744.791
Opção B	3.617
Opção C	299.725
Opção D	281.244
Opção E	78.036
Opção F	24.046
Partes Relacionadas	586.434
Total	2.017.893

(c.2) Do Agente de Monitoramento do Plano de Recuperação Extrajudicial

Entre outras obrigações assumidas no Plano de Recuperação Extrajudicial, em cumprimento ao previsto no item 7. do referido Plano, a Companhia contratou um Agente de Monitoramento, responsável pela verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do Plano e das atividades da Companhia e de suas controladas até a quitação integral de todos os créditos abrangidos e créditos não sujeitos aderentes.

(c.3) Do Investimento

Como forma de garantir a retomada dos negócios da Companhia, o Plano de Recuperação Extrajudicial, com a concordância dos credores signatários ao Plano, prevê, em seu item 5., a contratação de dívida pela Companhia, e/ou suas subsidiárias, com investidor e nas condições identificados no Anexo 5.1. do Plano de Recuperação Extrajudicial.

A dívida em questão foi regularmente constituída pela controlada da Companhia, RN Comércio Varejista S.A., em março de 2019, mediante a emissão de debênture no valor de R\$ 250.000, integralizada por Titânio XV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

No contexto do Plano de Recuperação Extrajudicial e da debênture, estão sendo implementadas na Companhia e em suas controladas as regras de Governança Corporativa estabelecidas nos instrumentos do Plano de Recuperação Extrajudicial e da debênture.

Estes movimentos definidos e implementados pela Companhia terão reflexos importantes para os próximos períodos, pois a reestruturação (i) operacional, (ii) das dívidas financeira e operacional, alinhadas (iv) ao aporte de recursos, desenhada e implementada nestes últimos 3 anos, terá efeitos importantes na construção da Nova Máquina de Vendas.

A aprovação para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de setembro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Controladora e das empresas controladas descritas na Nota 1. No processo de consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, as equivalências no resultado, assim como os saldos ativos e passivos, e as receitas e despesas decorrentes de operações com e entre as controladas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controlada foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são igualmente feitos nas demonstrações financeiras da controladora consolidadas com vistas a apresentar o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

(a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.
- CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo realizou a transição utilizando a abordagem prospectiva, ou seja, aplicou os requerimentos das normas na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2018. Sendo assim, não rerepresentaremos informações e saldos em base comparativa, uma vez que não foram identificados impactos relevantes na adoção destas normas a partir de 1º de janeiro de 2018.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

(b.1) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

As despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de amortização, relacionadas ao direito de uso, e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento.

Anteriormente, o Grupo reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel.

Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados, já o resultado financeiro será afetado negativamente.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

O resultado líquido do exercício também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de amortização somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminuirá ao longo do tempo.

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais do Grupo será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

O Grupo adotará o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir do primeiro semestre de 2019, e já avaliou e estimou os principais efeitos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, que podem ser assim apresentados e especificamente relacionados ao balanço patrimonial:

- O reconhecimento do ativo de direito de uso dos contratos de locações, no montante de R\$ 854.459;
- O reconhecimento de um passivo financeiro de arrendamento no montante de R\$ 854.459, sendo R\$ 159.515 no circulante e R\$ 694.944 no não circulante. A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2), determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais para as lojas, centros de distribuição e outras unidades operacionais da Companhia, na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/ (R2).

Na elaboração das demonstrações financeiras do próximo exercício, serão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo CPC 06 (R2). (i) CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil.

(b.2) ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

O ICPC 22 explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos de tributos sobre lucros (no caso do Brasil, principalmente imposto de renda e contribuição social), diferidos e correntes, nos casos em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto (posições fiscais que ainda não foram aceitas pela autoridade tributária). Em geral as seguintes observações passarão a ser consideradas:

- Uma nova abordagem de avaliação quanto ao tratamento tributário incerto, separadamente ou em conjunto no nível do grupo, dependendo de qual abordagem oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza;
- O Grupo assumirá em seus registros o volume estimado que representa o total mais provável a ser aceito pela autoridade tributária;
- Quando não for provável que as autoridades tributárias irão aceitar o tratamento o Grupo não pretende refletir tais numerários em seus registros.

A Administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu que a mesma não irá trazer impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas nas demonstrações dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e debêntures”, no passivo circulante.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são representados pelos valores aplicados em cotas de fundos de investimentos e em certificados de valores mobiliários, com liquidez restrita em função das garantias prestadas a determinadas operações do Grupo, de curto e longo prazos.

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem os Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Até 31 de dezembro de 2017 o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado da Companhia são “Títulos e valores mobiliários”, e estão apresentados na nota 5.

(b) Outros ativos financeiros ao custo amortizado

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem ativos de debêntures, títulos que não pagam juros e títulos privados listados (anteriormente mantidos até o vencimento), empréstimos a partes relacionadas e pessoal-chave da administração, e demais contas a receber.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

2.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.6.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

2.6.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.5 Impairment de ativos financeiros

O Grupo tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48.

- . Contas a receber por vendas de produtos e por prestação de serviços.
- . Contas a receber por verba cooperada de propaganda e publicidade

Com o CPC 48, o Grupo teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada uma dessas classes de ativos, conforme descrito abaixo.

(a) Contas a receber de clientes e ativos contratuais

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo aplicou a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2018, a maior parte dos recebíveis era oriunda das vendas através de Cartão de Créditos, Crédito Direto ao Consumidor, para os quais não é constituída provisão, pois os riscos de crédito são substancialmente assumidos pelos bancos financiadores e pelos agentes emissores de cartões (bancos ou administradoras).

Para a carteira financiada e os valores oriundos de acordos comerciais com fornecedores utilizamos como parâmetro o histórico de perdas dos últimos três anos. Detalhes sobre o cálculo da provisão estão na Nota 8 (e).

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

A Administração do Grupo, concluiu que a metodologia já adotada em conjunto com as práticas de análise e concessão de crédito, está aderente ao modelo de perdas esperada e, portanto, a adoção inicial do CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas com contas a receber de clientes.

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pelo Grupo a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber

(a) De clientes

São registradas pelo valor nominal dos títulos, que equivale de forma geral ao seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e subsequentemente mantidas ao custo amortizado com base na taxa efetiva de juros ajustados pela provisão de perda (*impairment*), quando aplicável.

(b) Acordos comerciais com fornecedores

Os valores a receber decorrente de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundo de contratos comerciais e outros acordos entre as partes, somente são registrados mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo e são calculados principalmente sobre o volume de compras e atividades específicas de *marketing* incorridas.

(c) Outras contas a receber

Referem-se basicamente às receitas de intermediação de vendas de serviços, seguros ou produtos financeiros, incluindo *profit sharing*, e são reconhecidos de acordo com os termos dos contratos com os parceiros.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio que compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis pelo Grupo, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis a aquisição e descontos comerciais e abatimentos.

O ICMS Substituição tributária é calculado aplicando-se a Margem De Valor Agregado (MVA) conforme legislação fiscal dos respectivos estados da federação. Esse imposto será realizado no momento da revenda destes estoques, sendo registrada a contra partida na conta de Custo das Mercadorias Vendidas (CMV).

A provisão para perdas nos estoques considera entre outras informações o histórico de perdas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição e a provisão para obsolescência considera eventuais perdas considerando o destino das mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na conta “Fornecedores” com contrapartida na conta “Estoques”. A realização do ajuste a valor presente da conta “Estoques”, por sua vez, é registrada na conta “Custo de mercadorias vendidas e serviços prestados” de acordo com o giro médio dos estoques.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda.

2.9 Imobilizado

São avaliados ao custo histórico deduzidos das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou classe de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

As Benfeitorias em Imóveis de Terceiros são depreciadas considerando-se o menor período entre a vida útil dos ativos e os termos pactuados nos contratos de locação que tem perfil de longo prazo. O Grupo adota como prática contábil o registro dos valores correspondentes aos aluguéis de lojas que atingem a definição de arrendamento operacional (vide nota 2.12) em despesas comerciais.

As taxas anuais de depreciação do ativo imobilizado são como segue:

	%
Edificações	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 31
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e acessórios	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Instalações	10

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

Itens do imobilizado são baixados quando das suas respectivas alienações ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros resultantes de seus usos contínuos ou de sua venda. Os ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia e a análise efetuada em 31 de dezembro de 2018 não indicou a necessidade de mudança.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio na formação do Grupo

O saldo de ágio foi determinado em conexão com os aportes efetuados pelos Controladores e que resultaram na formação do Grupo. O ágio da MVB é representado pela diferença positiva entre o valor justo dos negócios capitalizados na sua formação (contraprestação) paga pela MVB pela aquisição das controladas, e os valores justos de ativos e passivos líquidos aportados pelos Controladores na MVB na data da formação do Grupo (Nota 14).

O ágio é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O saldo contábil do ágio é representado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade ou negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Marcas

As marcas contabilizadas resultante da formação do Grupo são incluídas nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas e foram mensuradas inicialmente a valor justo, deduzida das perdas por redução ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras individuais as marcas são registradas no investimento, assim como eventual perda por redução ao valor recuperável.

A vida útil das marcas foram inicialmente definidas como de vida útil indefinida. Em agosto de 2016, o Grupo realizou uma reestruturação da sua operação e decidiu pela unificação das marcas do Grupo pela Marca Ricardo Eletro. Em função disso, efetuou a revisão da vida útil das marcas Insinuante, Eletroshopping, Salfer e CityLar e concluiu que essas serão amortizadas por um prazo de 15 anos, uma vez que, a marca Ricardo Eletro será aquela que representará a Companhia após este processo de unificação.

(c) Pontos comerciais, key money e contratos de aluguéis vantajosos

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio) e por contratos de aluguéis vantajosos, sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis.

(d) Softwares

As licenças de programas de computador (*software*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas a seguir e os gastos associados às respectivas manutenções são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida são amortizados linearmente com base nas vidas úteis estimadas.

Um ativo intangível é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo ou de sua venda. Os ganhos ou perdas na venda ou baixa de um ativo intangível são apurados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

As taxas médias anuais de amortização do ativo intangível são como segue:

	%
Marcas	15
Contratos de aluguéis vantajosos	10
Key Money	11
Pontos comerciais	10
Softwares	20

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras, exceto no caso de ágio cuja perda nunca é revertida.

2.12 Arrendamentos

Operacionais

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do (arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda diversos pontos de varejo, escritórios e armazéns segundo contratos de arrendamento operacional canceláveis ou não. Os termos do arrendamento são de um, cinco e dez anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento a valores de mercado. O valor futuro dos dispêndios relativos a arrendamentos operacionais está registrado na nota 32.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

As compras de mercadorias são contabilizadas inicialmente pelo seu valor justo, sendo o passivo com o fornecedor atualizado posteriormente em função dos prazos, até os respectivos vencimentos. As operações de compras a prazo, prefixada estão registradas a valor presente, na data da base do balanço, em virtude de seus prazos, utilizando a remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) como taxa livre de risco, como forma de determinar o valor justo do passivo no reconhecimento inicial.

2.14 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na contratação de um empréstimo são reconhecidos como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável a captação total, ou parcial, do empréstimo. Nesse caso, o custo é diferido até que a captação ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo, o custo é capitalizado como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras.

2.15 Receitas a realizar

As receitas a realizar são derivadas de recebimentos antecipados de parceiros por conta de acordos comerciais pelo direito de exclusividade na concessão de produtos financeiros, comerciais e de seguros nas lojas do Grupo. As receitas são reconhecidas no resultado de serviços de acordo com os termos firmados nos referidos acordos, pelo prazo pactuado.

2.16 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (a) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Demais ativos e passivos, circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e de juros e as variações monetárias incorridos, que não excedem o valor de realização ou liquidação.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Algumas subsidiárias adotam o regime de tributação “Lucro Presumido”.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

O CPC 47 tem aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 e apresenta basicamente modificações relacionadas a necessidade de utilização a partir da data de vigência de um modelo de 5 passos para reconhecimento de receita a saber:

- (i) identificação de contratos com clientes;
- (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos;
- (iii) determinar o preço da transação;
- (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos;
- e
- (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Após a análise dos 5 passos acima descritos para reconhecimento de receita concluímos que a adoção do CPC 47 não trouxe impactos significativos para o Grupo.

O Grupo adotou o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis. Optamos pela adoção do método de transição modificado, cujos números comparativos não foram reapresentados, portanto, as informações de 2017 serão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 conforme anteriormente reportadas e preparadas de acordo com o CPC 30 (R1) e interpretações relacionadas.

Em 2018 o Grupo reconhece a receita de mercadoria quando os produtos são entregues e os clientes detêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados, bem como é provável que o Grupo receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens transferidos ao cliente.

Em 2017 o Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

(a.1) Vendas de mercadorias - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo físico e online para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando da efetiva transferência do controle e da propriedade ao cliente, ou seja, no momento da entrega.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja ou recebe em local pré determinado pelo cliente. Portanto, um passivo de reembolso (fornecedores) e um direito aos bens devolvidos (estoque) são reconhecidos para os produtos cuja devolução é esperada.

(a.2) Vendas de serviços

O Grupo presta serviços relacionados à intermediação das operações de venda de produtos financeiros e de seguros a consumidores finais a partir de suas lojas. A cobrança por estes serviços é feita aos parceiros de acordo com as vendas realizadas pela prestação do serviço, registrada na “Receita líquida de vendas e serviços”. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços para o cliente.

Adicionalmente a venda de mercadorias, o Grupo disponibiliza a seus clientes a possibilidade de contratação de fretes e montagens, cujas receitas obtidas são reconhecidas quando da efetiva transferência do controle dos bens ou prestação dos serviços ao cliente, ou seja, no momento da entrega dos bens ou da prestação de serviço cuja contratação esteja associada.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

(a.3) Componentes de financiamento

O Grupo prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, o Grupo ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(b) Incentivo fiscal

O Grupo possui incentivos fiscais de ICMS conforme descrito na Nota 26(e). Esses incentivos fiscais obtidos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os montantes de incentivos fiscais para investimento são posteriormente reclassificados para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida: (i) conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros; ou (ii) conforme as movimentações dos valores justos dos ativos e passivos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(d) Reconhecimento dos custos e despesas

As despesas relativas às taxas adicionais de administração nas vendas a prazo ou por antecipação nas operações de cartão de crédito, que são cobradas pelas operadoras de cartão de crédito, são registradas no Resultado financeiro.

Os custos das mercadorias revendidas e serviços prestados são deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e ICMS substituição tributária recuperáveis. As despesas com fretes, relacionados ao transporte de mercadorias entre os centros de distribuições e as lojas físicas, são incorporados ao custo. As despesas com fretes relacionados à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas.

Os créditos decorrentes das operações de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, mencionados em 2.6 (b), são registrados no resultado como redução de despesas ou do custo das mercadorias vendidas, conforme sua natureza, de acordo com a competência e mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo.

Os ajustes a valor presente são inicialmente registrados contra custo e receita e, posteriormente, apropriados ao resultado financeiro.

As receitas diferidas, oriundas de contratos de exclusividade, são reconhecidas de acordo com os termos firmados nos referidos acordos, pelo prazo pactuado, no grupo de Outras receitas (despesas) operacionais.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e riscos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

(a) Provisão para perdas em contas a receber - Impairment

A provisão é estimada com base na evidência objetiva de perdas na realização das contas a receber e é considerada suficientes pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realiação dos mesmos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos, valores oriundos de acordos comerciais com fornecedores e demais valores a receber existentes na data do balanço, tendo como parâmetro o histórico de perdas esperadas, vide nota 8 (e).

(b) Vida útil de ativos de longa duração com vida útil definida

O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações do Grupo. No caso de ativos intangíveis com vida útil definida, como pontos comerciais, softwares e marcas, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos.

(c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 24. São reconhecidas provisões relacionadas às contingências em que suas chances de perda são prováveis, de acordo com a avaliação da administração, em conjunto com seus assessores internos e externos. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, são apropriadas e razoáveis, embora possam diferir dos resultados efetivos, quando realizados.

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(e) Teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida

Existindo ou não qualquer indicativo de que o valor de um ativo com vida útil indefinida possa não ser recuperado, os saldos dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo ágio, são testados para fins de mensuração da recuperabilidade, pelo menos anualmente.

O teste tem como base a projeção dos fluxos de caixa, suportado por premissas de crescimento de negócio, e o seu desconto a valor presente considerando a taxa WACC.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

(f) Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais junto aos Estados da Federação, dentre os quais os mais representativos são os pactuados junto aos Estados de Goiás e Minas Gerais, através de Regime Especial de Tributação, que possibilita a redução da carga tributária.

As disposições regulamentares de cada incentivo fiscal, estão dispostas nos Termos (TARE – Termo de Acordo Regime Especial) firmados com as Secretarias de Fazenda das respectivas Unidades Federativas.

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias e analistas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira e no índice de alavancagem financeira ajustado, calculados com base em sua dívida líquida e na dívida líquida ajustada. Esses índices correspondem à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial combinado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A dívida líquida ajustada corresponde à dívida líquida subtraída do montante de contas a receber de clientes de cartão de crédito. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial combinado, com a dívida líquida e a dívida líquida ajustada.

O Grupo está em fase de reestruturação e consolidação de suas operações, realizando investimentos e ajustando a estrutura organizacional. Nesse sentido, vem colocando em prática planos de ação para liberar garantias de operações, absorver sinergias, melhorar a eficiência e recuperar rentabilidade, proporcionando a geração de caixa das operações e melhoria do capital de giro.

Nesse contexto, monitora os índices de alavancagem financeira que podem ser assim sumariados:

(a) Alavancagem financeira

	Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos e debêntures (Nota 19)	273.079	342.905
Menos - caixa, equivalentes de caixa (Nota 6)	(12.217)	(39.485)
Menos - títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(40.940)	(346.516)
Dívida líquida	219.922	(43.096)
Total do patrimônio líquido passivo a descoberto	160.898	871.860
Total do capital	380.820	828.764
Índice de alavancagem financeira - %	58%	-5%

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

(b) Alavancagem financeira ajustada

	Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos e debêntures (Nota 19)	273.079	342.905
Menos - caixa, equivalentes de caixa (Nota 6)	(12.217)	(39.485)
Menos - títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(40.940)	(346.516)
Menos - contas a receber (Nota 8)	(50.687)	(169.251)
Dívida líquida	169.235	(212.347)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	160.898	871.860
Total do capital ajustado	330.133	659.513
Índice de alavancagem financeira - %	51%	-32%

5 Instrumentos financeiros

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Não é prática do Grupo contratar instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados conforme as seguintes categorias:

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma

	Classificação de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 38		Valor contábil de acordo com o CPC 48	
			Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes (Nota 6)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	27	27	12.217	39.485
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	86	47.379	40.940	20.318
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado				326.198
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 12)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	118	67	235.974	192.986
Partes relacionadas (Nota 13)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.834	10.775	58.440	147.699
Contas a receber (Nota 8)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			50.687	169.251
Total de ativos financeiros			11.065	58.248	398.258	895.937
Fornecedores (Nota 18)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros			229.239	1.268.079
Debêntures (Nota 19)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			124.552	114.870
Empréstimos (Nota 19)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			148.527	228.035
Duplicatas descontadas (Nota 8(b))	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros				4.577
Partes relacionadas (Nota 13)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	888.512	892.673	11.698	571.506
Outros passivos (Nota 23)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros			8.126	24.684
Total de passivos financeiros			888.512	892.673	522.142	2.211.751

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, buscando proteger seu patrimônio.

5.2 Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

O Grupo possui exposição a taxas de juros basicamente em seus empréstimos e financiamentos e suas aplicações financeiras, ambas vinculados ao CDI. Na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de 2018, foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros que indicaram uma perda média aproximada de R\$ 3.158 a cada variação de um ponto percentual na referida taxa anualizada.

5.3 Gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

Uma parcela substancial das vendas do Grupo são realizadas através de cartões de crédito e débito, intermediada por empresas administradoras desses cartões, cujo risco de crédito é transferido para essas administradoras. O Grupo também efetua vendas diretamente aos clientes pessoas físicas e jurídicas por meio de cheques pré-datados ou duplicatas, numa parcela pequena das vendas. Nessa parcela, o risco é minimizado pela carteira de clientes altamente pulverizada.

Os adiantamentos a fornecedores são efetuados somente a empresas selecionadas. Não há risco de crédito com fornecedores, uma vez que são descontados apenas pagamentos próprios, de mercadorias já entregues.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pelo Grupo, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que o Grupo tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa do Grupo.

A administração da Companhia vem colocando em prática diversas ações, conforme mencionados na nota 1.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais a Companhia realizou análise de sensibilidade conforme apresentado na Nota 5.2.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	27	27	10.442	37.466
Aplicações financeiras (i)			1.775	2.019
	27	27	12.217	39.485

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se na sua maioria a operações de renda fixa em moeda nacional, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com liquidez imediata.

7 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Global Mercantil FDIC (i)	86	47.342		326.198
Aplicações financeiras (ii)		37	40.940	20.318
	86	47.379	40.940	346.516
Circulante	86	47.379	14.224	332.156
Não Circulante			26.716	14.360
Total	86	47.379	40.940	346.516

- (i) Refere-se às cotas de investimento no Global Mercantil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial que iniciou suas atividades em 21 de dezembro de 2009 com prazo de duração indeterminado. Os recursos do fundo são utilizados para securitização de contas a pagar a fornecedores, constituído para fins de aquisição das contas a pagar junto a determinados fornecedores da MVB e suas controladas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, detidos por fornecedores do Grupo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos de cada Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros em geral.

A partir de 2018 as Demonstrações Financeiras do Global Retail Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, passaram a ser consolidadas nestas demonstrações, uma vez que apenas nossas empresas controladas detinham cotas deste fundo de investimento em 31 de dezembro de 2018. Os efeitos desta consolidação podem ser assim demonstrados:

Global Mercantil FIDIC	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Títulos e valores mobiliários	145.396	
Partes relacionadas		144.855
Patrimônio líquido		541
	145.396	145.396

- (ii) Referem-se na sua maioria a operações de renda fixa em moeda nacional, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), dadas em garantia de determinadas operações (Notas 19(b) e 22(a) (ii)).

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017
Administradora de cartões de crédito / débito (a)	38.412	80.669
Duplicatas a receber (b)	9.284	38.769
Duplicatas a receber – Crediário próprio (b)	10.805	21.810
Crédito Direto ao Consumidor (c)	1.832	25.685
Acordos comerciais com fornecedores (d)	22.527	44.548
Outras	5.119	7.038
	87.979	218.519
Impairment contas a receber (e)	(30.286)	(44.631)
Ajuste a valor presente (f)	(7.006)	(4.637)
	<u>50.687</u>	<u>169.251</u>
Circulante	50.687	167.041
Não Circulante		2.210
Total	<u>50.687</u>	<u>169.251</u>

(a) Administradoras de cartões de crédito/débito

As vendas com cartões podem ser parceladas em até 15 meses e o Grupo tem a prática de efetuar antecipações de cartões a receber e por este motivo não há parcelas de longo prazo para esta natureza de recebimento.

Os montantes são apresentados por seus valores líquidos de recebimentos, sendo consideradas as despesas com taxas de administração de cartões de créditos cobrados por estas administradoras.

O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que boa parte da carteira de recebíveis é intermediada pelas empresas administradoras de cartão de crédito. Dessa forma, o risco de inadimplência é transferido para as administradoras. As antecipações de cartões a receber são realizadas com as mesmas administradoras que também assumem o risco de crédito.

Nas operações com cartões de débito, os recebimentos ocorrem em até dois dias, a contar da data da venda.

Conforme mencionado na nota 19(b), parte da carteira de cartões de crédito é utilizada para garantir determinadas operações de captação de recursos da Companhia e suas controladas que totalizou o montante de R\$38.412 em 31 de dezembro de 2018 (2017 – R\$58.214).

(b) Duplicatas a receber

As operações através de duplicatas englobam as vendas diretas a prazo para determinados clientes pessoas jurídicas, via boleto bancário e com prazo de 02 meses, e as operações de crediário próprio, via carnê, com prazo médio de 09 meses.

O Grupo tem como prática o desconto de parte dessas duplicatas em instituições financeiras de primeira linha, com prazo médio de 5 meses. Essas operações estão registradas no passivo, cujo saldo está assim demonstrado:

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		2.498
Não circulante		2.079
		<u>4.577</u>

A redução significativa dos saldos ocorreu em função da descontinuação destas operações.

(c) Crédito Direto ao Consumidor (CDC)

São contas a receber originadas de vendas financiadas diretamente aos consumidores (CDC próprio) ou através de terceiros (bancos, financeiras, etc.), principalmente pela Losango Promoções de Vendas Ltda. - "Losango", pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco Semear, chamados de CDC de Terceiros. As operações de CDC Próprio são pactuadas com prazos médios de vencimentos entre 4 e 24 meses. As operações com CDC de terceiros tem prazo médio de recebimento de até 2 dias.

(d) Acordos comerciais com fornecedores

Referem-se aos valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundo de contratos comerciais e outros acordos entre as partes, somente registrados mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo e são calculados principalmente sobre o volume de compras e atividades específicas de *marketing* incorridas.

(e) Impairment contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, a maior parte dos recebíveis era oriunda das vendas através de Cartão de Créditos, Crédito Direto ao Consumidor, para os quais não é constituída provisão, pois os riscos de crédito são substancialmente assumidos pelos bancos financiadores e pelos agentes emissores de cartões (bancos ou administradoras). Outro aspecto relevante é que nossos principais parceiros são empresas consolidadas no mercado financeiro nacional.

A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço.

Para a carteira financiada e os valores oriundos de acordos comerciais com fornecedores utilizamos como parâmetro o histórico de perdas esperadas, e adotamos os percentuais abaixo listados:

	<u>% de perdas</u>
Em dia	0,50%
1 a 30	0,75%
31 a 60	3,00%
61 a 90	10,00%
91 a 180	50,00%
Acima de 180	100,00%

Após consideração dos fatores acima, a Administração da Companhia, concluiu que a metodologia já adotada em conjunto com as práticas de análise e concessão de crédito, está aderente ao modelo de perdas esperada e, portanto, a adoção inicial do CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas com contas a receber de clientes.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado no momento inicial para todas as contas a receber de clientes, exceto aquelas provenientes de acordos comerciais liquidadas em um curto espaço de tempo e cujo efeito não é material. Para seu cálculo é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros que o Grupo incorre quando de suas captações. Esta taxa é considerada, pela administração, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos.

(g) Composição das contas a receber por idade de vencimento

O valor e a natureza dos saldos a vencer e vencidos são apresentados como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer		
Até 30 dias	8.144	34.299
Entre 31 e 60 dias	6.843	37.518
Entre 61 e 90 dias	8.646	23.370
Entre 91 e 180 dias	11.562	43.342
Acima de 180 dias	7.892	31.626
	43.087	170.155
Vencidos		
Até 30 dias	5.128	2.301
Entre 31 e 60 dias	3.742	1.085
Entre 61 e 90 dias	2.882	604
Entre 91 e 180 dias	15.334	2.192
Acima de 180 dias	17.806	42.182
	44.892	48.364
	87.979	218.519

9 Estoques

	Consolidado	
	2018	2017
Mercadorias para revenda (i)	190.726	533.152
Outros (ii)	1.926	7.744
	192.652	540.896
Provisões para perdas e obsolescência	(1.207)	(3.362)
Ajuste a valor presente	(7.348)	(9.314)
	184.097	528.220

- (i) Os estoques referentes às mercadorias para revenda são compostos principalmente por eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e utensílios domésticos, distribuídos nos seus estabelecimentos comerciais (lojas) e centros de distribuição. A partir de 2018 o Grupo passou a operar com estoques consignados. Desta forma o saldo dos estoques de mercadoria para revenda está reduzido dos valores relativos aos itens em consignação no valor de R\$ 53.372.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Composto basicamente por estoques que não estão disponíveis para revenda como estoques em mostruário, estoques em assistência técnica, estoques em trânsito, estoques em poder de terceiros e estoques em almoxarifado.

10 Tributos a recuperar

	Controladora	
	2018	2017
Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	488	512
Imposto de renda retido na fonte	83	84
Programa de integração social – PIS e Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	6	6
	577	602
	Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	21.291	23.344
Imposto de renda retido na fonte	40.442	44.327
Programa de integração social - PIS e Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	529.666	564.421
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	124.159	206.387
Contribuição ao Instituto Nacional do Seguridade Social - INSS	33.166	45.727
Outros	8.233	772
	756.957	884.978
Circulante	227.291	276.534
Não circulante	529.666	608.444
Total	756.957	884.978

Em 15 de março de 2017, com o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 submetido ao rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF), fixou a seguinte tese: “ *O ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da Cofins*”.

Com decisões judiciais direcionadas às empresas do Grupo, e nas opiniões legais dos consultores jurídicos, a Companhia entende como remota a possibilidade de alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito, motivo pelo qual deixou de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Foram reconhecidos em 2017 os créditos tributários de PIS e COFINS, na RN Comércio Varejista S.A., empresa controlada da Máquina de Vendas, no montante de R\$ 163.142, referente ao período pretérito de pagamento indevido das contribuições.

As melhores estimativas para o ativo em referência ao tema remontam um montante de R\$ 66.050 mil e se referem aos seguintes processos transitados em julgado no exercício de 2018:

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Processo nº 0801583-24.2015.4.05.8200, Mandado de Segurança impetrado pela empresa ES Atacado Ltda., face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 20 de junho de 2018, nos termos da decisão.

2 - Processo nº 0007932-16.2015.4.01.3600, Mandado de Segurança impetrado pela empresa Dismobrás Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos S/A, face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 03 de outubro de 2018, nos termos da decisão.

3 - Processo nº: 0002985-22.2015.4.01.3307, Mandado de Segurança impetrado pela empresa RN Comércio Varejista S.A., face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 30 de outubro de 2018, nos termos da decisão.

4 - Processo nº 0007966-88.2015.4.01.3600, Mandado de Segurança impetrado pela empresa WG Eletro S.A, face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 29 de novembro de 2018, nos termos da decisão.

5 - Processo nº 0007941-75.2015.4.01.3600, Mandado de Segurança impetrado pela empresa Nordeste Participações S.A, face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 05 de dezembro de 2018, nos termos da decisão.

6 - Processo nº 0002983-52.2015.4.01.3307, Mandado de Segurança impetrado pela empresa Lojas Insinuante S.A, face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 13 de dezembro de 2018, nos termos da decisão.

Ademais, até a emissão dessa demonstração o Grupo detinha outras ações de empresas Controladas versando sobre o tema, já transitadas em julgado ou com expectativa de trânsito (vide item 33.2).

11 Outros ativos

	Consolidado	
	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores diversos	25.229	1.620
Adiantamentos a funcionários	6.749	6.821
Adiantamentos de alugueis		2.529
Crédito com parceiros comerciais	912	3.832
Crédito com parceiros não comerciais– ex acionistas	40.709	
Despesas antecipadas	920	4.318
Outros	11.889	4.345
	86.408	23.465
Circulante	45.134	23.465
Não circulante	41.274	
Total	86.408	23.465

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Depósitos e bloqueios judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos judiciais (a)	3	3	76.355	60.362
Bloqueios judiciais (b)	115	64	159.619	132.624
	118	67	235.974	192.986

O Grupo é parte em demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias, para as quais (a) é necessária a realização de depósitos em contas específicas da justiça para garantir a continuidade da discussão e defesa dessas demandas, ou (b) bloqueios determinados judicialmente sobre valores disponíveis em contas bancárias do Grupo. Esses depósitos e bloqueios são analisados em conjunto com as referidas demandas e, com base na posição jurídica, é avaliada a necessidade de constituição de provisão para contingências.

13 Partes relacionadas

(a) Composição dos saldos

Não circulante	Controladora 2018	
	Ativo	Passivo
Lojas Insinuante S.A.		124.575
RN Comércio Varejista S.A.		617.222
Máquina de Vendas Holding Sul S.A.		40.638
Dismobras Importação S.A.	9.040	105.583
Outros	1.794	494
	10.834	888.512

	Consolidado 2018	
	Ativo	Passivo
Empresas ligadas a acionistas	58.440	
Global Mercantil FDIC		11.698
	58.440	11.698
Circulante		11.698
Não circulante	58.440	
Total	58.440	11.698

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não circulante	Controladora 2017	
	Ativo	Passivo
Lojas Insinuante S.A.		124.511
RN Comércio Varejista S.A.		615.703
Máquina de Vendas Holding Sul S.A.		28.804
Centro Norte Participações S.A.	9.038	
Dismobras Importação S.A.		106.661
Acionistas pessoas físicas		14.959
Outros	1.737	2.035
	10.775	892.673

	Consolidado 2017	
	Ativo	Passivo
Empresas ligadas a acionistas (i)	58.082	2.051
Acionistas pessoas físicas (i)	33.591	212.442
Centro Norte Participações S.A. (ii)	55.409	1.208
Global Mercantil FDIC (iii)		348.673
Outros	617	7.132
	147.699	571.506

Circulante		348.673
Não circulante	147.699	222.833
Total	147.699	571.506

- (i) Referem-se a dividendos e contas a pagar a empresas ligadas a acionistas da Companhia.
- (ii) Conforme Contrato de Associação assinado em 11 de junho de 2010, ficou estabelecido que as operações com origem anterior a esta data são de responsabilidade da Centro Norte.
- (iii) Referem-se ao valor total das duplicatas de fornecedores descontadas no Global Mercantil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, do qual a Companhia é cotista, conforme mencionado na nota 7 (i). Nessa operação de desconto, os fornecedores repassam os riscos de crédito para o fundo que passa a ser credor da Companhia. A operação é garantida com recursos do próprio Fundo.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga para o pessoal-chave da administração por serviços prestados foi R\$ 815 (2017- R\$ 449).

(c) Natureza das transações

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente às operações de conta corrente entre as empresas ligadas, a dividendos não pagos entre as empresas do Grupo e acionistas e a contas a pagar das aquisições de controle.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Formação da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A.

(a) Associação dos Controladores do Grupo

Em 27 de março de 2010 os Controladores formalizaram um acordo de associação com o objetivo de estabelecer os termos para a integração das atividades, bens, direitos e obrigações dos seus diversos negócios e empresas.

Em 08 de agosto de 2013 foi efetivamente criada a Holding Máquina de Vendas Brasil Participações S.A., pelos sócios controladores.

Em 31 de agosto de 2015, ocorreu o novo movimento de reestruturação societária com a subida dos demais acionistas (ES, Citylar e Salfer) para a mesma Holding (maiores detalhes na Nota 1). Todos os procedimentos de governança foram implementados nestes dois movimentos, com os acordos de acionistas, estatuto social e criação do conselho com a nomeação dos seus membros.

15 Investimentos - Controladora

(a) Informações sobre os investimentos em controladas

Controladas	2018		
	Capital social	Quantidade de ações	Participação direta - %
Insinuante	352.627	352.627.165	100
RNV	1.840.885	1.840.885	100
MVN Investimentos	10	10.000	100
Dismobrás (ii)	418.978	418.978.326	2,63
WG Eletro	6.500	6.500.000	100
Nordeste	50	50.000	100
ES Promotora	20	20.000	100
Máquina de Vendas Sul	48.035	48.035.276	100
Salfer (i)	51.596	40.000.100	45

(i) A Companhia detém participação dos 55% restantes da Salfer de forma indireta, por intermédio da Máquina de Vendas Sul.

(ii) Em 30 de junho de 2017 a Controlada RNV aportou capital na Dismobrás com direitos creditórios a serem recebidos da própria Dismobrás no valor R\$ 407.988. A partir desta operação a Companhia passou a deter 2,63% de participação direta na Dismobrás e 97,37% de participação indireta por intermédio da RNV.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	2017		
	Capital social	Quantidade de ações	Participação direta - %
Insinuante	352.627	352.627.165	100
RNV	1.840.885	1.840.885	100
MVN Investimentos	10	10.000	100
Dismobrás (ii)	418.978	418.978.326	2,63
WG Eletro	6.500	6.500.000	100
Nordeste	50	50.000	100
ES Promotora	20	20.000	100
Máquina de Vendas Sul	48.035	48.035.276	100
Salfer (i)	51.596	51.596.277	45

(i) A Companhia detém participação dos 55% restantes da Salfer de forma indireta, por intermédio da Máquina de Vendas Sul.

(ii) Em 30 de junho de 2017 a Controlada RNV aportou capital na Dismobrás com direitos creditórios a serem recebidos da própria Dismobrás no valor R\$ 407.988. A partir desta operação a Companhia passou a deter 2,63% de participação direta na Dismobrás e 97,37% de participação indireta por intermédio da RNV.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos nas controladas

	<u>Insinuante</u>	<u>RNV</u>	<u>MVS</u>	<u>Salfer</u>	<u>Dismobrás</u>	<u>WG Eletro</u>	<u>Nordeste</u>	<u>MVN Patrimonial</u>	<u>ES Casa Amarela</u>	<u>ES Atacado</u>	<u>ES Promotora</u>	<u>Total</u>
01 de janeiro de 2017	383.833	366.336	51.090	42.195	(58.090)	14.566	(72.784)	(460)	71.220	96.738	25.573	920.217
Equivalência Patrimonial	(46.234)	(714.940)	(22.818)	(18.669)	149.654	(5.089)	(12.912)			(1.461)	207	(672.262)
Ganho de capital - investimentos pessoas ligadas												0
Incorporação		95.277								(95.277)		0
Aumento de capital		1.488.316										1.488.316
Amortização	(9.246)	(9.840)	(3.698)		(3.962)				(3.483)			(30.229)
31 de dezembro de 2017	328.353	1.225.149	24.574	23.526	87.602	9.477	(85.696)	(460)	67.737	(0)	25.780	1.706.042 (i)
Equivalência Patrimonial	(110.052)	(432.986)	(30.809)	(23.824)	(1.827)	(30.230)	12.657	(6.676)			(581)	(624.327)
Ganho de capital - investimentos pessoas ligadas												0
Incorporação					(1.224)							(1.224)
Aumento de capital												0
Amortização	(9.247)	(9.840)	(3.698)		(3.962)				(3.483)			(30.230)
31 de dezembro de 2018	209.054	782.323	(9.933)	(298)	80.589	(20.753)	(73.039)	(7.136)	64.254	(0)	25.199	1.050.261 (ii)

(i) Os saldos dos Investimentos das empresas Nordeste e MVN Patrimonial foram reclassificadas para a conta no Passivo “Provisão Para Perdas em Investimentos no montante de R\$86.156 em 2017.

(ii) Os saldos dos Investimentos das empresas MV Sul, Salfer, WG, Nordeste e MVN Patrimonial foram reclassificadas para a conta no Passivo “Provisão Para Perdas em Investimentos” no montante de R\$111.158 em 2018. Assim, os investimentos acima demonstrados estão líquidos, sendo, a posição ativa o montante de R\$1.161.419 referente as demais empresas.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

(a) Composição

	Consolidado		
		2018	2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
			Líquido
Terrenos	4.193		4.193
Edificações	26.154	(8.742)	17.412
Benfeitorias em imóveis de terceiros	355.025	(273.856)	81.169
Máquinas e equipamentos	30.042	(21.213)	8.829
Computadores e acessórios	78.929	(69.164)	9.765
Móveis e utensílios	78.665	(54.547)	24.118
Veículos	18.702	(18.124)	578
Instalações	28.831	(16.295)	12.536
Imobilizado em andamento			1.058
	620.541	(461.941)	158.600
			227.254

Movimentação do período

	Consolidado			
	Em 1º de janeiro de 2018	Adições	Baixas	Transfe-rências
				Em 31 de dezembro de 2018
<u>Custo</u>				
Terrenos	11.648		(7.455)	4.193
Edificações	26.184		(30)	26.154
Benfeitorias em imóveis de terceiros	423.068	4.803	(73.904)	1.058
Máquinas e equipamentos	34.240	129	(4.327)	30.042
Computadores e acessórios	89.006	491	(10.632)	64
Móveis e utensílios	92.990	183	(14.508)	78.665
Veículos	20.883		(2.181)	18.702
Instalações	30.835	1.028	(3.275)	243
Imobilizado em andamento	1.058			(1.058)
	729.912	6.634	(116.312)	307
				620.541
<u>Depreciação acumulada</u>				
Edificações	(7.726)	(1.046)	30	(8.742)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(304.003)	(16.144)	46.302	(11)
Máquinas e equipamentos	(22.084)	(2.304)	3.175	(273.856)
Computadores e acessórios	(73.056)	(6.380)	10.308	(21.213)
Móveis e utensílios	(60.558)	(5.853)	11.853	(69.164)
Veículos	(19.604)	(1.646)	3.126	11
Instalações	(15.627)	(2.328)	1.778	(54.547)
	(502.658)	(35.701)	76.572	(154)
	227.254	(29.067)	(39.740)	153
				158.600

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Em 31 de dezembro de 2017
	Em 1º de janeiro de 2017	Adições	Baixas	Transfe-rências	Reversão de Perda	
Custo						
Terrenos	11.648					11.648
Edificações	26.500			(316)		26.184
Benfeitorias em imóveis de terceiros	463.637	6.988	(44.803)	(8.257)	5.503	423.068
Máquinas e equipamentos	32.617	1.619	(309)	313		34.240
Computadores e acessórios	89.375	2.290	(2.695)	36		89.006
Móveis e utensílios	85.787	1.141	(1.394)	7.456		92.990
Veículos	37.390	0	(16.507)	0		20.883
Instalações	31.155	2.764	(2.817)	(267)		30.835
Imobilizado em andamento	1.088			(30)		1.058
	<u>779.197</u>	<u>14.802</u>	<u>(68.525)</u>	<u>(1.065)</u>	<u>5.503</u>	<u>729.912</u>
Depreciação acumulada						
Edificações	(6.972)	(906)		152		(7.726)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(308.616)	(27.277)	31.889	1		(304.003)
Máquinas e equipamentos	(19.560)	(2.576)	203	(151)		(22.084)
Computadores e acessórios	(66.255)	(8.901)	2.111	(11)		(73.056)
Móveis e utensílios	(54.926)	(6.657)	1.068	(43)		(60.558)
Veículos	(28.787)	(3.671)	12.854			(19.604)
Instalações	(13.919)	(2.619)	868	43		(15.627)
	<u>(499.035)</u>	<u>(52.607)</u>	<u>48.993</u>	<u>(9)</u>		<u>(502.658)</u>
	<u>280.162</u>	<u>(37.805)</u>	<u>(19.532)</u>	<u>(1.074)</u>	<u>5.503</u>	<u>227.254</u>

17 Intangível

(a) Composição

	Consolidado			
	2018	2017	2018	2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio(i)	928.008		928.008	928.008
Marcas (Nota 14) (ii)	641.438	(49.274)	592.164	612.553
Contratos de aluguel vantajosos	71.319	(49.927)	21.392	29.316
Key money	17.242	(14.042)	3.200	5.116
Pontos comerciais	75.240	(68.759)	6.481	10.775
Softwares	105.043	(80.326)	24.717	42.431
Outros	28.644	(5.764)	22.880	35.828
	<u>1.866.934</u>	<u>(268.092)</u>	<u>1.598.842</u>	<u>1.664.027</u>

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A composição do ágio por empresa é apresentado no quadro a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Dismobrás	48.412	48.412
MVS	39.477	39.477
RNV	365.714	365.714
Insinuante	407.720	407.720
ESCA	66.685	66.685
	928.008	928.008

(ii) A Companhia iniciou em fevereiro de 2016 o processo de unificação das marcas que opera, passando a associar a marca Ricardo Eletro a todas as outras do Grupo. A partir de agosto de 2016 com essa unificação na maior parte das lojas do Grupo, iniciou-se o processo de amortização das marcas Insinuante, Eletroshopping, Salfer e CityLar por um prazo de 15 anos, uma vez que, a marca Ricardo Eletro será aquela que representará o Grupo após este processo de unificação.

Teste de recuperabilidade

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Administração elaborou uma estimativa dos valores em uso dos ativos.

O teste de recuperabilidade compreende a apuração do valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), a qual corresponde à operação de varejo do Grupo.

A apuração do valor em uso utiliza projeções de fluxo de caixa baseadas e orçamentos financeiros aprovados pela administração.

O valor referente ao período posterior aos catorze anos foi extrapolado com base em perpetuidade com taxa de crescimento equivalente à inflação.

As principais premissas utilizadas para determinar o fluxo de caixa descontado estão descritas no quadro abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	48,7	81,8	22,0	10,6	5,3	4,2	3,4
Margem bruta (% de receita)	35,4	34,5	32,8	32,2	32,2	32,2	32,3
EBTIDA- % da Receita líquida	-0,8	6,0	5,5	5,4	5,8	6,1	6,2
Dispêndio anual para CAPEX R\$ milhões	36,4	57,2	42,7	45,6	46,3	46,9	47,4
Taxa de desconto - %	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo salienta que os primeiros três anos são impactados por variações significativas em função da retomada da atividade do Grupo, ocasionada pelo período de recessão e reestruturação vivido nos últimos anos. A partir do sétimo ano verifica-se a retomada da estabilidade.

Para o exercício de 2018, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A Empresa possui em seu balanço as marcas identificadas nas combinações de negócios das empresas adquiridas no montante de R\$ 592.164, composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Dismobrás	49.853	53.815
MVS	46.531	50.228
RNV	335.600	335.600
Insinuante	116.354	125.601
ESCA	43.826	47.309
	592.164	612.553

(b) Movimentação do período

	Consolidado				
	Em 1º de janeiro de 2018	Adições	Baixas	Transfe-rências	Em 31 de dezembro de 2018
<u>Custo</u>					
Ágio	928.008				928.008
Marcas	641.438				641.438
Contratos de aluguéis vantajosos	71.319				71.319
<i>Key Money</i>	17.242				17.242
Pontos comerciais	95.117		(19.877)		75.240
Softwares	95.003	2.315	(187)	7.231	104.362
Outros	41.159		(4.296)	(8.219)	28.644
	1.889.286	2.315	(24.360)	(307)	1.866.253
<u>Amortização acumulada</u>					
Marcas	(28.885)	(20.389)			(49.274)
Contratos de aluguéis vantajosos	(42.003)	(7.924)			(49.927)
<i>Key Money</i>	(12.126)	(1.916)			(14.042)
Pontos comerciais	(84.342)	(2.766)	18.349		(68.759)
Softwares	(52.572)	(25.440)	85	(1.718)	(79.645)
Outros	(5.331)	(3.835)	849	2.553	(5.764)
	(225.259)	(62.270)	19.283	154	(267.411)
	1.664.027	(59.955)	(5.077)	(153)	1.598.842

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				Em 31 de dezembro de 2017
	Em 1º de janeiro de 2017	Adições	Baixas	Transfe-rências	
<u>Custo</u>					
Ágio	928.008				928.008
Marcas	641.438				641.438
Contratos de aluguéis vantajosos	71.319				71.319
<i>Key Money</i>	17.242				17.242
Pontos comerciais	99.860		(4.743)		95.117
Softwares	100.434	5.059	(228)	(10.262)	95.003
Outros	29.778	223	(169)	11.327	41.159
	<u>1.888.079</u>	<u>5.282</u>	<u>(5.140)</u>	<u>1.065</u>	<u>1.889.286</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Marcas	(8.496)	(20.389)			(28.885)
Contratos de aluguéis vantajosos	(34.079)	(7.924)			(42.003)
<i>Key Money</i>	(10.210)	(1.916)			(12.126)
Pontos comerciais	(80.514)	(7.364)	3.536		(84.342)
Softwares	(45.700)	(9.037)	211	1.954	952.572)
Outros	(1.451)	(1.939)	4	(1.945)	(5.331)
	<u>(180.450)</u>	<u>(48.569)</u>	<u>3.751</u>	<u>9</u>	<u>(225.259)</u>
	<u>1.707.629</u>	<u>(43.287)</u>	<u>(1.389)</u>	<u>1.074</u>	<u>1.664.027</u>

18 Fornecedores

	Consolidado	
	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	187.484	1.098.515
Fornecedores diversos	58.079	218.105
	<u>245.563</u>	<u>1.316.620</u>
(-) Ajuste a valor presente	(16.324)	(48.541)
	<u>229.239</u>	<u>1.268.079</u>

O prazo médio de pagamento das compras de mercadorias efetuadas diretamente com os fornecedores é de aproximadamente 94 dias.

A redução ocorrida no saldo das contas de fornecedores se deve principalmente a reclassificação no valor de R\$1.137.340 para a rubrica Passivos Rextra, no Passivo não circulante.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Empréstimos e debêntures

(a) Composição

	Encargos financeiros anuais médios	Consolidado	
		2018	2017
Debêntures	7,98%	124.552	114.870
Capital de Giro	2,15% a.a. a 31,37% a.a.	146.886	223.013
Outros	6,00 a 20,09 %	1.641	5.022
Total de empréstimos e debêntures		273.079	342.905
Circulante		129.030	218.650
Não Circulante		144.049	124.255
Total		273.079	342.905

Em dezembro 2017, considerando a situação de resultado e estrutura de capital, a Companhia finalizou a negociação de parte das Debêntures emitidas em 2016, o que foi tratado como “projeto de desalavancagem”, sendo o objetivo principal ter uma estrutura de capital no balanço consolidado da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. menos alavancado, permitindo melhor acesso a crédito (principalmente junto aos fornecedores) e investidores.

Neste sentido foi implementado a reestruturação em dezembro de 2017, conforme segue :

- (i) Emissão de Debêntures no valor de R\$ 1.488.316, por uma holding de investimentos (MV Participações SA, detentora de 97,7% do capital da Máquina de Vendas Brasil Participações SA), portanto, é parte das demonstrações financeiras consolidadas da MV Participações S.A. Com esta Debênture os bancos emissores (Bradesco, Itaú e Santander), passaram a deter bônus de subscrição de 90% sobre o capital social e 60% sobre “ Equity Value”;
- (ii) A holding MV Participações S.A., aportou no capital da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. o mesmo montante da Debênture, ou seja R\$ 1.488.316;
- (iii) Passo seguinte a Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. aportou o mesmo recurso na RN Comércio Varejista S.A. e esta liquidou parte das Debêntures emitidas em 2016, restando um saldo das Debêntures na RN Comércio Varejista S.A (empresa operacional), no montante de R\$ 114.870, renegociada com 2 anos de carência e 3 anos para liquidação, com o seguinte cronograma de pagamentos:

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2018	2017
2019		355
2020	32.940	22.903
2021	45.806	91.612
2022	45.806	
	124.552	114.870

(b) Garantias

Os empréstimos, incluindo as debêntures, estão garantidos por aplicações financeiras e recebíveis de cartões de crédito, além de aval de sócios. O Grupo também figura como garantidora avalista das debêntures emitidas pelas suas controladas. Abaixo, composição das garantias por natureza de ativo:

	2018	2017
Aplicações financeiras	18.341	6.904
Recebíveis de cartões de crédito	38.412	58.214
	56.753	69.118

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação do período

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	342.905	1.513.787
Adições	122.314	455.460
Juros Incorridos	26.625	196.507
Juros Pagos	(16.719)	(170.923)
Amortizações	(202.046)	(1.651.926)
Saldo em 31 de dezembro	273.079	342.905

(d) Classificação por ano de vencimento

Os empréstimos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2018	2017
2019		8.995
2020	52.437	23.648
2021	45.806	91.612
2022	45.806	
	144.049	124.255

(e) Covenants (cláusulas restritivas)

O Grupo está sujeito a determinadas cláusulas restritivas de dívida constantes dos contratos de empréstimos e debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras exigências, a manutenção de índices financeiros de liquidez, calculados com base nas demonstrações financeiras.

Em 2018 e 2017, a administração avaliou processos judiciais, alienação de imóveis, títulos protestados, bem como as demais cláusulas de vencimento antecipado relacionados aos empréstimos.

Com relação às Debêntures e considerando que os bancos debenturistas aderiram ao Plano da RExtra, não mais se aplica a questão do cumprimento de índice financeiro. Desta forma os vencimentos e os pagamentos dos valores destes títulos seguirão as regras estabelecidas no Plano da RExtra. É importante salientar que na adesão ao Plano da RExtra tampouco houve ressalva à falta de cumprimento destes indicadores.

Quanto às CCBs, em 31 de dezembro de 2018 as mesmas encontravam-se vencidas e reclassificadas no curto prazo. Conforme o segundo aditamento dos respectivos instrumentos firmados em março de 2019, a obrigatoriedade de cumprimento dos índices financeiros passa a ser aplicada somente a partir do 4º trimestre de 2019.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Obrigações trabalhistas

	Consolidado	
	2018	2017
Salários	187	206
Encargos sobre folha de pagamento	168.564	85.623
Provisões para férias, 13º salários e encargos sociais	38.266	47.558
Outros	3.590	209
	210.607	133.596

21 Obrigações tributárias e parcelamento de tributos

(a) Impostos e contribuições

	Controladora	
	2018	2017
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	24	18
Programa de integração social – PIS	4	3
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ		108
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	64	59
	92	188

	Consolidado	
	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	320.080	226.654
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	24	19
Programa de integração social – PIS	4	3
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	1	715
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	1	285
Outros	6.336	4.100
	326.446	231.776

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços ICMS Lei nº 11.941/08 e Lei nº 13.043/14	330.829	232.613
PERT - Programa especial de Regularização Tributária - Lei 13.496 10/2017	9.363	34.473
Outros	3.470	3.691
	343.662	270.777
Circulante	121.403	102.458
Não circulante	222.259	168.319
Total	343.662	270.777

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei Nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que permite a regularização de débitos tributários e não tributários junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de abril de 2017.

A referida Lei permite que parte dos valores sejam liquidados através da utilização de créditos de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da CSLL, próprios e de empresas controladora e controlada.

O valor total da adesão do PERT em 2017 foi de R\$ 205.445; composto por R\$149.614 de débitos previdenciários, e de R\$ 55.8331 de débitos tributários. Esses valores foram retificados em 2018 sendo que a adesão total passou a ser de R\$189.084, composto por R\$ 130.846 de débitos previdenciários e R\$ 58.238 de débitos tributários.

A Companhia, em janeiro, agosto e dezembro de 2018, liquidou os débitos com a utilização de Prejuízos Fiscais de suas Controladas no montante de R\$126.884 e o restante do saldo devedor foi parcelado de acordo com o previsto nos dispositivos legais.

22 Receitas a realizar

	Consolidado	
	2018	2017
Parceiros financeiros (i)	194.444	213.011
Parceiros de seguros (ii)	225.689	268.649
Parceiros comerciais (iii)	17.822	19.488
	437.955	501.148
Circulante	65.675	65.675
Não circulante	372.280	435.473
Total	437.955	501.148

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contratos firmados

- (i) Contrato de exclusividade para fins de comercialização dos produtos da instituição financeira nas lojas das empresas detentoras das marcas Insinuante, Ricardo Eletro e City Lar por um período de 18 anos, com recebimento antecipado no montante de R\$ 350 milhões.

Conforme contrato de exclusividade, além da receita dessa exclusividade, as empresas auferem receita de serviços de intermediação pelas vendas dos produtos financeiros do HSBC realizadas em suas lojas, e de acordo com o desempenho das vendas dos produtos HSBC, têm direito a ganhos adicionais decorrentes da participação nos resultados da parceria (*profit share* inicial e pagamento adicional). Esses ganhos vêm sendo reconhecidos pelo regime de competência, mediante realização e apuração dos resultados de parceria.

- (ii) Contrato de exclusividade para fins de comercialização dos produtos de seguros nas lojas das empresas detentoras das marcas Insinuante, Ricardo Eletro, City Lar e Eletro Shopping por um período de 12 anos, podendo ser prorrogado por mais 4 anos, com recebimento antecipado no montante de R\$ 480 milhões. Além da receita de exclusividade, as empresas auferem receita de serviços de intermediação pelas vendas dos produtos de seguros do Bradesco realizadas em suas lojas.

Como garantia dessa operação, para fins de cobertura de sinistros e insuficiência de metas de produção, o Grupo efetua aplicação financeira (*Escrow Account*), apurada sobre as comissões realizadas. O saldo dessas aplicações em 31 de dezembro de 2018 é apresentado no ativo não circulante e a garantia apresentada em outros passivos, em contrapartida ao resultado do período, como outras despesas operacionais.

O Grupo possui fianças bancárias prestadas ao Bradesco para cobertura do referido contrato, sendo estas garantidas por aplicações financeiras no montante de R\$ 19.580 (2016 – R\$ 13.245).

No segundo semestre de 2013, a Lojas Salfer S.A. firmou acordo de exclusividade com a Zurich Brasil Seguros S.A. para fins de comercialização de seguro de vida, na modalidade Prestamista, em suas lojas por um período de 12 anos, com recebimento antecipado no montante de R\$ 25 milhões. Além da receita dessa exclusividade, auferem receita de serviços de intermediação pelas vendas desses produtos.

- (iii) O Grupo possui ainda acordos para comercialização de produtos de parceiros de seu relacionamento comercial em suas lojas, auferindo receita de serviços de intermediação pelas vendas desses produtos.

(b) Registro contábil dos recursos recebidos antecipadamente e prazo de amortização

O montante dos recursos recebidos antecipadamente foi reconhecido inicialmente como receitas a realizar no passivo circulante e não circulante e vem sendo apropriado como outras receitas ao resultado do exercício, proporcional e linearmente ao período transcorrido de cada contrato.

Os vencimentos por ano estão apresentados conforme abaixo:

Não circulante	
Anos	2018
2020	65.675
2021	65.675
2022 ou mais	240.929
	372.280

O valor apropriado ao resultado do exercício no grupo de outras receitas foi de R\$ 63.193 (2017- R\$ 63.632).

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Outros passivos

	Consolidado	
	2018	2017
Valores a repassar (i)	8.126	24.684
Adiantamento de clientes	13.326	31.052
Provisão para cobertura de contrato de exclusividade (ii)	16.320	15.257
Aluguéis a pagar	73.425	51.490
Provisões Diversas - RExtra	29.500	
Outros	45.117	29.538
	185.814	152.021
Circulante	169.774	136.764
Não circulante	16.040	15.257
Total	185.814	152.021

- (i) Referem-se às vendas de garantia estendida, serviços diversos e produtos financeiros intermediadas nas lojas do Grupo a serem repassadas aos parceiros. Os repasses são efetuados por competência e em média até 65 dias após o fechamento mensal das vendas. A receita pela intermediação é lançada no resultado de acordo com as vendas realizadas, que coincide com a emissão das notas fiscais.
- (ii) Conforme mencionado na nota 22 (a) item (ii), o Grupo provisiona valores contratualmente pactuados para cobertura de sinistro e insuficiência de metas de produção na venda de seguros, tendo como contrapartida a conta de “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” no resultado do exercício.

24 Provisão para contingências

	Controladora	
	2018	2017
Cíveis (c)	15	171
	15	171
		Consolidado
	2018	2017
Tributárias (a)	22.381	13.309
Trabalhistas e previdenciárias (b)	27.550	16.355
Cíveis (c)	56.846	11.883
	106.777	41.547

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Riscos tributários

Envolvem autos de infração lavrados contra o Grupo que estão em fase de defesa administrativa ou judicial no tocante a diversos aspectos de interpretação e aplicação das normas tributárias vigentes que não tem encontrado respaldo expresso na legislação tributária, cujos processos estão sob a responsabilidade de consultores jurídicos contratados.

(b) Riscos trabalhistas e previdenciários

Os processos de natureza trabalhista e previdenciária estão sob a responsabilidade de consultores jurídicos contratados e referem-se a ações movidas por ex-empregados contra o Grupo, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras.

(c) Riscos cíveis

	Consolidado	
	2018	2017
Consumo (i)	16.420	11.883
Execução fiscal – Procon e Inmetro	30.053	
Multas – Procon e Inmetro	10.373	
	56.846	11.883

(i) A maioria dos processos referem-se a relação de consumo, ou seja, à ações de natureza cível e indenizatória movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo danos materiais e ou danos morais.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista e previdenciária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Tributárias	1.234.562	700.693
Trabalhistas e previdenciárias	92.964	144.152
Cíveis	132.413	128.617
	1.459.939	973.462

O passivo contingente de natureza tributária classificado como perda possível, está composto por processos nas esferas administrativas e judiciais. A mensuração do valor total atribuído às demandas tributárias totaliza em R\$1.234.562 supra, segrega-se em tributos federais o montante de R\$ 427.964, tributos estaduais que alcançam o valor de R\$ 803.192, e Municipais que alcançam o valor de R\$ 3.406, atualizados até 31 de dezembro de 2018.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destaca-se que na maioria dos temas em discussão, nos tributos de competência dos estados as controvérsias estão ligadas às autuações fiscais decorrentes de divergências na apuração do imposto; direito a créditos; não aplicação dos princípios da legalidade e do princípio da não cumulatividade, dentre outras.

No tocante as contingências tributárias, que envolvem tributos de competência da União, encontram-se contestados em destaque, além de processos administrativos em que defende-se a não incidência de IOF em operações, dada a ausência de subsunção do fato à norma, consubstanciada em análise de assessoria jurídica, a não cumulatividade do PIS/COFINS, bem como o reconhecimento de despesas essencialidade à atividade do varejo.

Ressalta-se, o processo nº 10540.721182/2016-78, no qual em decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora (MG), (Acórdão nº 09-70.453), em julgamento realizado na sessão de julgamento do dia 18.04.2019, determinou a revisão do montante autuado, para, exonerar os valores (17.795.130,17) da Cofins e (13.184.137,60) do Pis, bem como extinção da multa qualificada, o que representa a redução de aproximadamente 49% do montante autuado.

25 Passivos R. Extra

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Fornecedores		1.137.340
Aluguéis		57.331
Obrigações com parceiros comerciais – Ex acionistas	16.315	16.315
Partes relacionadas - PNC		125.004
Juros apropriados		12.431
(-) Ajuste a valor presente	(7.495)	(508.961)
	<u>8.820</u>	<u>839.460</u>

26 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.672.495 e está representado por 213.555 mil ações ordinárias e 213.555 mil ações preferenciais.

O aumento do capital social depende de aprovação prévia em Assembleia de Acionistas, através do voto dos acionistas que representem, no mínimo, 60% das ações com direito a voto.

Em 15 de dezembro de 2017 foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a integralização de R\$ 1.488.316 mediante a conferência de 1.315.015 (um milhão trezentas e quinze mil e quinze) Debêntures de emissão da RN Comércio Varejista S.A. de titularidade da MV Participações S.A..

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
MV Participações S.A.	208.440.134	208.440.138	416.880.272	208.440.134	208.440.138	416.880.272
Rubens Salfer	1.150.740	1.150.739	2.301.479	1.150.740	1.150.739	2.301.479
Márcia Salfer	1.150.740	1.150.739	2.301.479	1.150.740	1.150.739	2.301.479
Cláudio Salfer	1.406.460	1.406.459	2.812.919	1.406.460	1.406.459	2.812.919
Clayton Salfer	1.406.460	1.406.459	2.812.919	1.406.460	1.406.459	2.812.919
	213.554.534	213.554.534	427.109.068	213.554.534	213.554.534	427.109.068

(b) Direitos das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, sem prêmio na liquidação da Companhia, e todas as ações preferenciais participam dos resultados em igualdade de condições aplicáveis às ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 10% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos do estatuto social.

(c) Reserva de Capital

Reserva constituída por Ágio na emissão de ações no valor de R\$129.521 e Bônus de subscrição no valor de R\$9.

Em 29 novembro de 2016, foram emitidos 885.092 bônus de subscrição na Máquina de Vendas (preço unitário R\$ 0,01). Em seguida, os bônus foram transferidos por acionistas da Máquina de Vendas aos Bancos Bradesco BBI, Itaú BBA e Santander, pelo preço unitário de R\$ 0,01 (um centavo). Os bônus vencerão em 29 de novembro de 2022 e podem ser exercidos a qualquer momento, a partir da data de sua emissão até a data do vencimento, a exclusivo critério de seu titulares.

(d) Reserva legal

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

(e) Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída em função das subvenções para investimentos concedidas pelo governo de determinados estados, conforme mencionado na Nota 27.1.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída a partir da diferença entre o valor nominal das ações das controladas e o valor justo dos respectivos negócios, no momento da aquisição ou combinação de negócios (Nota 14).

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Receita líquida de contratos com clientes

	Consolidado	
	2018	2017
Receita com vendas de mercadorias	2.029.168	4.917.376
Receita de serviços	125.928	137.345
Receita bruta	2.155.096	5.054.721
Devoluções de vendas	(80.527)	(182.478)
Impostos incidentes sobre vendas de mercadorias	(266.460)	(587.191)
Impostos incidentes sobre serviços	(13.289)	(16.023)
Deduções da Receita Bruta	(360.276)	(785.692)
	1.794.820	4.269.029

Conforme CPC 47, identificamos as seguintes obrigações de desempenho que passam a ter obrigatoriedade de divulgação a partir de 2018:

	Consolidado
Obrigações de desempenho de venda de mercadoria e serviços	2018
Vendas de mercadoria	2.001.539
Intermediação de serviços (i)	125.928
Frete	28.033
Montagem	4.017
Outros	5.736
Ajuste a valor presente	(10.157)
	2.155.096

- (i) Refere-se basicamente a receita de intermediação de serviços e marketplace, cujas obrigações de desempenho são cumpridas no momento do fechamento do pedido de venda.

27.1 Incentivos fiscais

A Companhia celebrou diversos Termos de Acordo de Regime Especial em diversos estados em que se localizam seus Centros de Distribuição, visando à fruição de incentivos fiscais. Conforme os referidos Acordos, amparados nas legislações estaduais e demais normativos regulatórios, esses incentivos estão baseados em procedimentos que possibilitam a redução de carga tributária nas operações de saídas do Centro de Distribuição de mercadorias destinadas à comercialização, seja através de lojas ou diretamente a consumidores finais, além de estabelecer a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto devido a título de substituição tributária. Tais incentivos estão condicionados ao cumprimento de determinadas obrigações definidas no referido Acordo.

Os ganhos com os citados incentivos são registrados em "Receita líquida de vendas e serviços" ou "Custo das mercadorias vendidas" no resultado do exercício na medida em que os mesmos são realizados, considerando os procedimentos fiscais adotados com base nos referidos Acordos.

A Companhia concluiu que o incentivo no âmbito do Programa Fomentar, do estado de Goiás, possui características de subvenção para investimentos. Nesse sentido, à luz da Lei 11.638/07, o montante de R\$ 17.893 em 2018 (R\$ 8.069 em 2017), foi destinado à Reserva de Incentivos Fiscais, no patrimônio líquido.

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Consolidado	
	2018	2017
Pessoal	(340.213)	(546.303)
Marketing e publicidade	(89.108)	(178.544)
Despesas com ocupação	(285.560)	(301.079)
Frete e montagens	(112.127)	(229.992)
Taxas de administração de cartão de crédito	(21.704)	(42.066)
Verba cooperada de propaganda e publicidade (VPC)	24.074	129.030
Depreciação e amortização	(97.971)	(101.176)
Comissões de vendas	(38.713)	(71.722)
Assessorias e consultorias	(76.618)	(88.784)
Deságio Rextra	262.027	
Despesas Tributárias	(181.533)	(203.029)
Outras receitas (despesas) operacionais	(344.551)	195.570
	(1.301.997)	1.438.095
Classificados por função como:		
Despesas comerciais	(1.046.110)	(1.298.119)
Despesas gerais e administrativas	(238.625)	(249.824)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(17.262)	109.848
	(1.301.997)	(1.438.095)

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Resultado financeiro, líquido

	Controladora	
	2018	2017
<u>Receitas financeiras:</u>		
Juros sobre aplicações financeiras	2.646	5.891
Ajuste a valor presente RExtra	7.495	
Outras receitas financeiras	4.498	53
	<u>14.639</u>	<u>5.944</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros de empréstimos (Nota 19 (c))		
Juros sobre transações com partes relacionadas	(1.922)	(4.131)
Juros de RExtra	(154)	
Perdas aplicações financeiras	(49.902)	
Outras despesas financeiras	(2)	(25)
	<u>(51.980)</u>	<u>(4.156)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(37.341)</u>	<u>1.788</u>

	Consolidado	
	2018	2017
<u>Receitas financeiras:</u>		
Juros sobre aplicações financeiras	17.659	44.874
Juros sobre acordos operacionais (i)	6.902	34.206
Ajuste a valor presente RExtra	508.961	
Outras receitas financeiras	5.941	4.138
	<u>539.463</u>	<u>83.218</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros de empréstimos (Nota 19 (c))	(28.402)	(196.507)
Juros de mora	(38.327)	
Juros de crediário	(4.416)	
Juros sobre contratos de vendor e comprar	(13.138)	(43.108)
Juros sobre desconto de duplicatas e operações com cartões de crédito	(50.813)	(165.491)
Juros de RExtra	(12.585)	
Juros de débitos fiscais e previdenciários em atraso	(42.178)	
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.660)	(3.547)
Juros sobre transações com partes relacionadas	(1.700)	(55.524)
Ajuste a valor presente	(49.170)	(42.256)
Juros sobre tributos	(28.185)	(23.942)
Outras despesas financeiras	(10.877)	(44.692)
	<u>(281.451)</u>	<u>(575.067)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>258.012</u>	<u>(491.849)</u>

(i) Refere-se a operação de duplicatas a receber - crediário próprio (Nota 8 (b)).

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Imposto de renda e contribuição social

(a) Despesa com IRPJ e CSLL

	Consolidado	
	2018	2017
Regime de apuração		
Lucro presumido		
Imposto de renda	(2)	
Contribuição social	(1)	
	(3)	
Lucro real		
Imposto de renda		(606)
Contribuição social		(227)
		(833)
Total dos tributos correntes	(3)	(833)
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda diferido	(179.868)	
Contribuição social diferido	(65.634)	
Total dos tributos diferidos	(245.502)	
Total do encargo no exercício	(245.505)	(833)

Em 2017, a controlada ES Promotora de Vendas Ltda. optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

(b) Natureza e expectativa de realização de IRPJ e CSLL diferidos

	Consolidado	
	2018	2017
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	97.622	142.156
Provisões Indedutíveis e diferenças temporárias	22.359	28.216
Passivo diferido sobre diferenças temporárias	(4.461)	(4.461)
Passivo diferido sobre AVP RExtra	(173.047)	
Total ativo (passivo) fiscal diferido	(57.527)	165.911
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo Diferido	119.981	170.372
Passivo Diferido	(177.508)	(4.461)
Total ativo (passivo) fiscal líquido diferido	(57.527)	165.911

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Expectativa de Realização do ativo diferido</u>	<u>2018</u>
A ser realizado em até 1 ano	5.994
A ser realizado entre 1 e 5 anos	64.694
A ser realizado após 5 anos	49.293
	<u>119.981</u>
<u>Expectativa de Realização do passivo diferido</u>	<u>2018</u>
A ser realizado em até 1 ano	21.793
A ser realizado entre 1 e 5 anos	38.262
A ser realizado após 5 anos	117.453
	<u>(177.508)</u>

(c) Reconciliação da despesa no resultado

	<u>Consolidado</u>	
<u>Regime de apuração com base no lucro real</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes de IRPJ e da CSLL	(467.633)	(702.348)
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	158.995	238.798
IRPJ/CSLL das empresas de lucro presumido	3	
Efeito das exclusões permanentes - holdings MVB e MVS		368
IRPJ/CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal das holdings	(16.121)	(231)
IRPJ/CSLL diferidos ativos não constituídos	(224.806)	(226.882)
Baixa de IRPJ / CSLL diferidos	(72.454)	
Efeito das adições / (exclusões) permanentes	(91.122)	(12.886)
Constituição (despesa) de IRPJ e de CSLL	<u>(245.505)</u>	<u>(833)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(3)	(833)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(245.502)	
	<u>Consolidado</u>	
<u>Regime de apuração com base no lucro presumido</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de vendas		
Base média de presunção		
Lucro presumido		
Receitas financeiras e outras tributadas a 100%	12	
Lucro tributável		
Alíquota Nominal	25%	
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(3)</u>	

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação do ativo e passivo diferido de IRPJ e CSLL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	170.372	319.322
Baixa de IR/CS diferido	(76.916)	
Constituição de IR/CS diferido – reversão prejuízo fiscal utilizado no PERT	22.064	
Baixa de IR/CS diferido – prejuízo fiscal utilizado no PERT		(148.950)
Constituição passivo - IR/CS diferido AVP RExtra	(173.047)	
Saldo final	<u>(57.527)</u>	<u>170.372</u>

31 Prejuízo por lote de mil de ações

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia.

	Consolidado	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(713.138)</u>	<u>(703.181)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>427.110</u>	<u>427.110</u>
Prejuízo líquido por lote de mil ações	<u>(1,67)</u>	<u>(1,65)</u>

32 Outros compromissos assumidos pelo Grupo

O Grupo possui contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativas. O Grupo analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos possuem valores fixados em contrato que são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de alugueis totalizaram R\$ 231.116 (2017 R\$ 236.923).

O CPC06 (R2) 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

As despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de amortização, relacionadas ao direito de uso, e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento, cujo efeito está mencionado na Nota 2.3 (a).

33 Eventos subsequentes

Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (Em Recuperação Extrajudicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33.1 Reestruturação e capitalização do Grupo

Este processo de reestruturação e capitalização do Grupo passa pelo Plano de Recuperação Extrajudicial, bem como pela entrada de novos recursos. Neste sentido, foi assinado em 22 de março de 2019 a entrada de recursos no montante de R\$ 250.000, por meio da emissão de uma debênture emitida pelo fundo Titâneo 15 (administrado pela Starboar Assets).

Quanto às CCBs, que em 31 de dezembro de 2018 encontravam-se vencidas e reclassificadas no curto prazo, conforme o segundo aditamento dos respectivos instrumentos firmados em março de 2019 tiveram seus vencimentos prorrogados e a obrigatoriedade de cumprimento dos índices financeiros passa a ser aplicada somente a partir do 4º trimestre de 2019.

Estes movimentos juntamente com a implementação do plano de ajuste operacional e a desalavancagem da dívida finalizada em 2017, significam a implementação de todo o plano de reestruturação desenhado para o grupo e implementado nos últimos 3 anos.

33.2 Ações de Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS / Cofins

Até a data da emissão desta demonstração, outras ações de empresas Controladas do Grupo, totalizando um montante de R\$ 132.644 mil, transitaram em julgado em 2019, a saber:

1 – Processo nº 0004888-40.2007.4.01.3803, Ação Declaratória ajuizada pela empresa Carlos Saraiva import. e comercio S.A , face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 01 de abril de 2019, nos termos da decisão.

2 – Processo nº 0000981-23.2008.4.01.3803, Mandado de Segurança impetrado pela empresa Carlos Saraiva import. e comercio S.A , face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 08 de abril de 2019, nos termos da decisão.

3 – Processo nº 0008559-32.2015.4.03.6100, Mandado de Segurança ajuizado pela empresa Carlos Saraiva import. e comercio S.A, face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 09 de maio de 2019, nos termos da decisão.

4 – Processo nº 0002982-67.2015.4.01.3307, Mandado de Segurança ajuizado pela empresa RN Comércio Varejista S.A., face ao Delegado da Receita Federal do Brasil.

O TRÂNSITO EM JULGADO foi certificado em 13 de agosto de 2019, nos termos da decisão.